

Mutirão e trabalho coletivo: embrião da cooperação no Assentamento 02 de Julho em Betim/MG

HORACIO, Amarildo de Souza¹; HORACIO, Marília Conceição de Souza²; SANTOS, Rosilene Barbosa; NASCIMENTO, Cláudio Ferreira do; CRODA, Jéssica Puhl³; MARQUES, Viktor Silvério³; IUNES, Camila Silva³

¹ Movimento dos Trabalhadores de Rurais Sem Terra, jessicapcroda@gmail.com

² Viveiro da Esperança, mariliaconceicaodesouza@gmail.com

³ Coopertrac, coopertracparaopeba@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA POPULAR

Eixo Temático: Manejo de Agroecossistemas

Apresentação e Contextualização da experiência

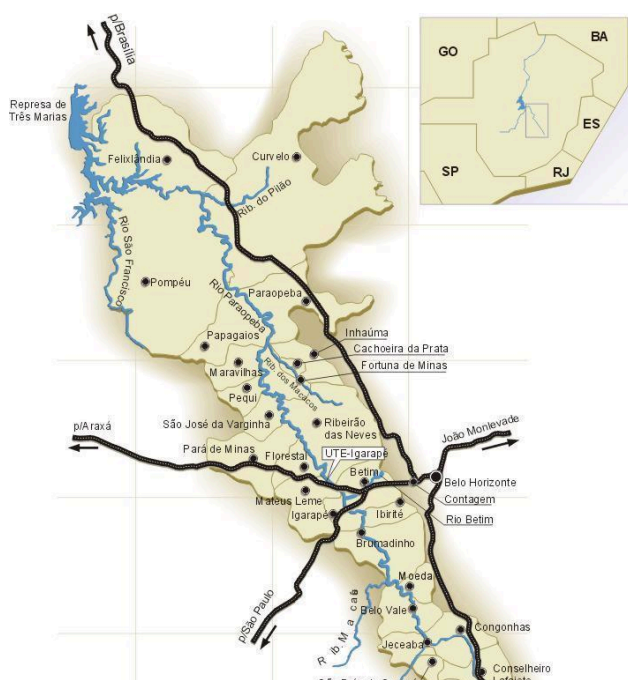


Figura 1. Localização da fazenda Ponte Nova – Vinhático em Betim, MG.

A primeira ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Minas Gerais ocorre na fazenda Aruega em 12 de fevereiro em 1988 no município de Novo Cruzeiro no Vale do Mucuri. O Assentamento 02 de Julho é fruto desse legado histórico de luta pela terra. Somos sem terras organizados pelo MST.

A mobilização das famílias e ocupação da fazenda Ponte Nova - Vinhático (vide figura 1), se deu através do acúmulo de experiência do MST que na sua origem era movimento camponês, toma-se a decisão político-organizativa de se expandir para as áreas urbanas em um cenário de luta conjunta entre o campo e a cidade.

Assim o assentamento 02 de Julho surgiu a partir da ocupação em 02 de julho de 1999. Sendo a primeira ocupação do MST na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Cerca de 102 famílias ocuparam a então Fazenda Ponte Nova / Vinhático às margens da rodovia estadual MG-050 e banhada pelo Rio Paraopeba e integra as fronteiras dos municípios de Betim, Juatuba e Esmeraldas.

Os assentados e assentadas, outrora acampados vieram de origens e ocupações diversas: carpinteiros, pedreiros e muitos desempregados Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); mas, a predominância é de camponeses



Figura 2 - Acampamento 2 de Julho, Betim, MG (1999).

expropriados ou ligados ao campo e que tiveram, por razões diversas, cerceadas suas possibilidades de continuarem vinculados à terra e que tiveram no acampamento a oportunidade de retorno às origens.

O decreto de desapropriação do assentamento 02 de Julho foi assinado em 2009. Desde então ele está se consolidando como política de reforma agrária com produção diversificada para subsistência das famílias.

A conquista do assentamento foi momento de reencontro com a terra. Momento de muita luta e resistência que passaram mais de 10 anos até a

desapropriação. Foram anos duros debaixo de lona preta, em barracos de bambu e em casas de pau a pique. Todavia isso não impediu que fizessem o que mais sabiam: lavar a terra. Foram muitos hectares “amansados” que produziram culturas anuais de milho, feijão das mais variadas espécies, arroz, hortaliças, milho de pipoca, amendoim, mandioca, abóbora, criação de galinhas, de porcos entre outras, mostrando desse modo a diversidade da agricultura.

A produção, ainda convencional, foi pautada sempre no início pelo princípio da coletividade. Foram anos com a construção e manejo de hortas coletivas, com a produção de quiabo, que era vendida e revertida o recurso para as finanças do assentamento, com destaque para a produção de mandioca, um dos carros chefe até os dias de hoje.

Todavia com advento do assentamento oficialmente no ano de 2009 iniciam-se novos desafios. A prioridade foi a de aberturas de estradas, construção de casa e cercamento dos lotes. Mantém-se logicamente os quintais produtivos, mas a chama da cooperação e da coletividade foi esmaecida com o sentimento de que cada um precisa cuidar do “seu” lote na tentativa da soberania alimentar e a autossustentação econômica a partir da terra. Destaque que a descontinuidade do acesso ao crédito nos apoios iniciais foi mais um elemento que fez dessa nova vida no lote se tornar mais desafiante.



Figura 3 - Manejo Agroflorestal no assentamento 2 de Julho, Betim, MG (2022).



Figura 4- Mística dia de Campo (2021).

Assim, estabelecer um discurso de coletividade dentro de um território com mais de 23 anos de lutas, de uma terra onde historicamente predominou pastagem e não tem fontes de água abundante é um grande desafio para afirmar uma identidade que privilegie a agricultura familiar e a produção sustentável na reforma agrária. Nesse sentido a agroindustrialização dos produtos, o acesso à água (poços artesianos), assessoria técnica para projetos produtivos, a geração de renda pensada de forma criativa para a juventude e o

escoamento da produção são imperativos para o avanço econômico e o bem-estar dos assentados.

Pensando que atualmente a agricultura baseada no monocultivo está fadada ao fracasso para os pequenos produtores pela falta de implementos e pensando que já estamos na terceira geração, agora com os netos, e queremos que esses mantenham vínculo com a terra, surge a proposta de geração de renda pela experimentação dos Sistemas Agroflorestais (SAF).

Há que se destacar nesse contexto histórico que com o advento do crime de Brumadinho em 2019, onde a lama da barragem da Vale matou gente e destruiu sonhos, vidas e projetos. No dia 25 de janeiro de 2019, ocorreu na cidade de Brumadinho, um dos maiores crimes/desastre já visto na história, com mais vítimas fatais, foram ceifadas vidas de 272 pessoas, deixando um rastro de desespero e desrespeito tanto com a vida humana quanto com o meio ambiente. Contraponto desse modelo perverso de destruição, o MST da Regional Metropolitana juntamente com outros Movimentos Sociais trava batalhas incessantes denunciando a para a sociedade os crimes que essas empresas comentem. Nossa luta é pela construção de uma reparação que fará justiça a centenas de famílias acampadas, assentadas e ribeirinhas. Defendemos a criação de políticas e legislação para frear o poder do mineroduto sobre o meio ambiente e os seres humanos. Nossas práticas são sementes de coletividade, em um assentamento que completará no ano corrente 24 anos de lutas, contradições, trabalho e construção coletiva.

Desenvolvimento da experiência

A experiência define-se como o Coletivo Orgânicos, grupo de 12 famílias, que se identificam com o MST e que vêm plantando experiências de cultivos experimentais de agrofloresta e cooperações informais por meio de mutirões de trabalho coletivo desde o ano de 2021. As experiências têm sido capitaneadas



muitas

vezes sobre a liderança de mulheres e conta com a participação de crianças, adolescentes, jovens e idosos.

A experiência foi um reencontro com o MST. No segundo ano da pandemia de COVID 19 em 2020, 02 famílias começaram a debater: Como mexer na produção agrícola sustentável? Como produzir em quantidade e preservar o meio ambiente o solo? E a partir daí veio a ideia da construção de Sistemas Agroflorestais (SAF). Um dos princípios básicos para o trabalho com agroflorestas é o estudo e assim nos debruçamos para entender o que queríamos produzir e como começar a construir uma agrofloresta no Assentamento 02 de Julho.

As reflexões do grupo nem sempre são consensuais nem sem contradições, mas algum princípio nos rege, quais sejam: o **trabalho ecológico**, a **tomada de decisão coletiva** e a **cooperação** entre as famílias. Nosso desafio é construir a cooperação todos os dias, num cenário ainda de muitas pessoas que já tiveram outras experiências de coletivo, mas estão desacreditadas. Somos 12 famílias cooperando diariamente com foco em implantação de Sistemas agroflorestal no agroecossistema.

O planejamento de cada sistema é construído junto com a família, que define quais espécies gostaria de produzir, qual quantidade, levando em consideração a força de trabalho, o acesso a água e o sistema natural já existente, quais espécies de árvores referente ao nosso bioma mata atlântica, e desenhos dos croquis da SAF. Cada planejamento familiar é socializado com o Coletivo, que torna o planejamento coletivo geral. É compartilhado com todos o que será implantado em cada agroecossistema. Nas reuniões do Coletivo é que são combinados quantos dias trabalhar em coletivo, quantas horas e quais os cronogramas de trabalho entre outros assuntos.

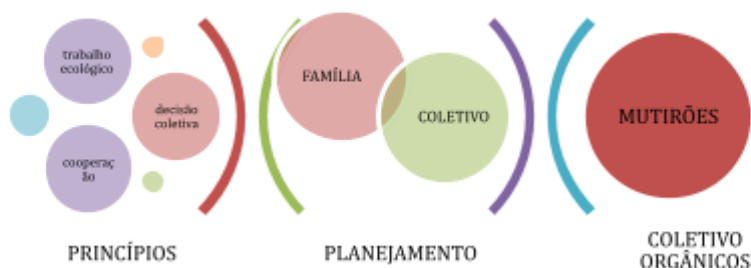


Destaque que a despeito de outras experiências garantimos a equidade de recebimentos de insumos, mecanização, como palhadas, entre

outros. Da parte do MST ocorria, o que até então não era de conhecimento da comunidade, embates e debates com a Vale S.A, e por ter além do assentamento 02 de Julho, mais duas comunidades às margens do Rio Paraopeba atingidas pelo crime de Brumadinho, conseguiu a aprovação de um programa de assistência técnica intitulado Coletivo Agroecologia Paraopeba, com acompanhamento de técnicos, além dos fornecimentos de insumos, ferramentas e mudas. Abaixo esquematizamos um pouco as ideias que sentimos e o que estamos fazendo:



Figura 6 - Experiência Coletivo Orgânicos (2021).



Nesse sentido, afirmamos que foi um reencontro com o MST justamente por isso. De um lado estávamos no embrião de organização da Coletividade no assentamento e, por outro, víamos chegar o que esperávamos anos, uma equipe de assistência técnica, que era formada com técnicos qualificados para atuação em contexto de Reforma Agrária e SAF. As experiências de organização coletiva se intensificaram depois do contato com a experiência da assistência técnica. Os encontros de saberes (assembleias da comunidade) e as rodas de diálogo (contato direto da assistência técnica) foram formando embriões da coletividade.

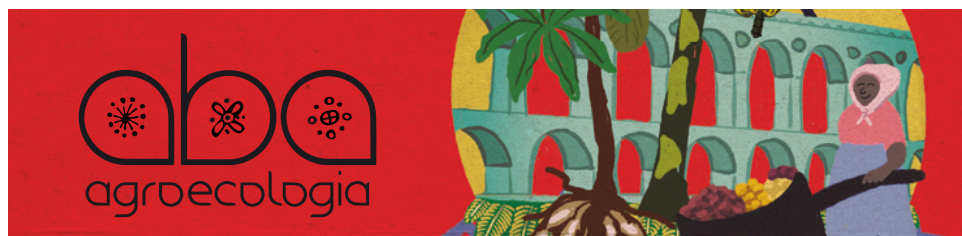
A assistência técnica e Coletivo Orgânicos foram se retroalimentando no que tange a experiência prática e as concepções de agroecologia e agroflorestas. Enfim um verdadeiro encontro de saberes. No que se refere ao assentamento aos poucos o coletivo tomou forma e se consolidou no trabalho de uma família ajudar a outra no manejo de seus lotes. Os Mutirões se tornaram um grito de ordem que ecoava em cada lote e trazia consigo o renascimento da mística da coletividade Sem Terra dentro do assentamento. Era semente brotando!

Desafios

Muitos são os desafios enfrentados, mas maiores são os desejos de seguir em frente. Temos as limitações de cada um, seja físico, social ou de formação da consciência. Temos um limite muito grande que é a falta de água para as famílias. Prevendo essa dificuldade as famílias em conjunto decidiram iniciar preparar os locais de implementações com antecedência, para na época de as chuvas fazer somente os plantios. As famílias cooperaram mutuamente durante o mês de outubro e novembro, fizemos a roçada da braquiária com o maquinário e, após, organizamos as em montes e transportamos até os lotes.

A forragem é de extrema importância pois ela é a *pele* do solo, com ela gastamos menos água, o solo fica úmido por mais tempo, evita a compactação e ele não chega em alta temperatura. Desse modo enriquece permitindo que a microbiótica do solo se estabeleça e ele se regenere com mais facilidade.

A forragem é um ponto de muita divergência por parte de agricultores que não entendiam o porquê de carregar braquiária e muitos achavam desnecessário. Destaque-se que a área do assentamento é rica em pastagem (braquiária) do



cultivo da época do fazendeiro e que pelo fato das áreas implantadas estarem embrionárias e não terem forrageiras e adubadeiras a braquiária, que antes era tida como uma vilã, se tornou uma aliada à forragem do solo.

Principais resultados alcançados

IIII



Figura 1 – Colheita da palhada para forragem do solo (2021).